


Câmara Municipal de Vila Velha - ES

ASSESSOR LEGISLATIVO

Código da Prova

M02 X
MANHÃ

 Verifique se o Código da Prova é o mesmo do seu cartão de respostas.

 Duração da prova: **3 horas**

**TRANSCREVA, EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS,
A FRASE ABAIXO PARA O EXAME GRAFOTÉCNICO:**

**“De nada vale aprender bem se você deixar de fazer bem.”
(James C. Hunter)**



ATENÇÃO

Este caderno contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 05 (cinco) alternativas de resposta – A, B, C, D e E.

**Verifique se este material está em ordem. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.
O tempo de duração da prova inclui o preenchimento do cartão de respostas.**

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do cartão de respostas, conforme estabelecido no próprio.

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova.
- Somente faltando 30 (trinta) minutos para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu caderno de questões.
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu caderno de questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local da prova, não sendo possível nem mesmo a utilização dos sanitários.

Candidato, ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o cartão de respostas da Prova Objetiva assinado. Não se esqueça dos seus pertences.

Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o cartão de respostas.

O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!

Língua Portuguesa

Leia o texto abaixo e responda ao que se pede.

A prática da empatia em tempos de pandemia

Apesar de este ser um período bastante conturbado, a sociedade parece ter tirado bons aprendizados da pandemia do Novo Coronavírus. Um dos que mais chama a atenção é a empatia. Com muitas pessoas com dificuldades financeiras devido ao impedimento de suas atividades econômicas, a comoção de diversos grupos, universidade e entidades foi imensa, pessoas que arregaçaram as mangas em benefício do próximo.

É válido lembrar que, embora haja informações sobre a prevenção da doença por todos os cantos atualmente – formas de lavar as mãos corretamente, manter uma alimentação saudável, se manter ativo, usar álcool em gel, o que fazer quando sentir alguns sintomas, entre outras – elas nem sempre chegam nas casas de todos os brasileiros.

Existe uma parcela da sociedade que vive na obscuridade, que não tem água encanada e nem tratamento de esgoto, por exemplo, e não consegue adotar nem ao menos as medidas mais básicas de proteção à sua saúde. Por isso, é louvável que haja indivíduos neste momento mobilizados para olhar por aqueles que mais precisam.

Que essa solidariedade que se faz presente seja replicada e motive mais pessoas para que os impactos a essas comunidades carentes sejam minimamente sentidos.

(<https://folhadolitoral.com.br/editorias>)

Questão 1

De acordo com a leitura do texto, pode-se afirmar que:

I – A empatia é o aprendizado mais importante adquirido na pandemia.

II – “Arregaçar as mangas” tem o significado idêntico ao de “Meter a mão na massa”, em linguagem popular.

III – As pessoas que vivem “na obscuridade” são aquelas que não gostam de aparecer.

IV – A solidariedade é um movimento importante, mas a responsabilidade é do governo.

V – A fraternidade colabora para diminuir o sofrimento dos mais vulneráveis.

Estão corretas apenas:

- (A) I, III e V.
- (B) II, III e V.
- (C) I, II e IV.
- (D) III e IV.
- (E) I, II e V.

Questão 2

No texto, predomina o modo de organização:

- (A) Narrativo.
- (B) Descritivo.
- (C) Argumentativo.
- (D) Expositivo.
- (E) Injuntivo.

Questão 3

Dentre as alternativas abaixo, a que NÃO corresponde às informações sobre a prevenção da doença, apresentadas no texto é:

- (A) O uso da máscara.
- (B) Lavagem das mãos.
- (C) Alimentação saudável.
- (D) Uso do álcool em gel.
- (E) Manutenção de atividade.

Questão 4

No trecho retirado do texto, no primeiro parágrafo, “...a **comoção** de diversos grupos...”, a palavra em destaque faz o seu plural como o da palavra:

- (A) Cidadão.
- (B) Capitão.
- (C) Cristão.
- (D) Anfitrião.
- (E) Catalão.

Questão 5

Quanto à concordância em relação ao emprego do verbo SER, está INCORRETA a frase:

- (A) Essas dores são o meu troféu.
- (B) Minhas alegrias é esta criança.
- (C) Você era os meus sonhos.
- (D) Isso são lembranças de viagem.
- (E) Era 25 de janeiro quando partimos dali.

Questão 6

No segmento, “**Apesar de** este ser um período bastante conturbado...” (L 1/2), a expressão grifada, pode ser substituída, sem prejuízo do sentido, por:

- (A) Já que.
- (B) Assim que.
- (C) Conforme.
- (D) Conquanto.
- (E) Ainda que.

Questão 7

No último parágrafo do texto, “...**para que** os impactos a essas comunidades carentes...” a expressão grifada introduz uma oração, cujo valor semântico é o de:

- (A) comparação.
- (B) finalidade.
- (C) oposição.
- (D) explicação.
- (E) causa.

Questão 8

Assinale a alternativa em que a regência verbal NÃO atende à norma culta da língua.

- (A) Ocorreram perdas nessa pandemia que nunca me esquecerei.
- (B) Aquele paciente não esqueceu os favores recebidos no hospital.
- (C) A postura dos médicos agradou ao público em geral.
- (D) Agradeceu-lhe a homenagem recebida naquele dia.
- (E) O doente aspirou o álcool e começou a melhorar.

Questão 9

No segmento “**Deixavam-se** os instrumentos cirúrgicos bem protegidos dentro do laboratório.”, o verbo em destaque está na voz:

- (A) Reflexiva recíproca.
- (B) Passiva analítica.
- (C) Passiva sintética.
- (D) Reflexiva.
- (E) Ativa.

Questão 10

Todo o segundo parágrafo do texto compõe-se de um período:

- (A) composto por coordenação e subordinação.
- (B) composto por subordinação.
- (C) composto por coordenação.
- (D) de oração absoluta.
- (E) simples.

Noções de Informática

Questão 11

Os HD's externos são conectados aos computadores através da porta tipo:

- (A) SATA
- (B) HDMI
- (C) ATA
- (D) USB
- (E) SERIAL

Questão 12

O utilitário do Windows que varre o disco rígido do seu computador em busca de arquivos que não são mais necessários, como arquivos temporários, páginas da Web em cache e itens rejeitados é denominado:

- (A) Limpeza de disco.
- (B) Restauração do sistema.
- (C) Desfragmentador do disco.
- (D) Status e configuração do back-up.
- (E) Monitor de desempenho.

Questão 13

Um arquivo contendo grande volume de todo tipo de dados históricos de uma corporação, destinado à pesquisa, avaliação e análise de informações é chamado:

- (A) Data Scale.
- (B) Data Storage.
- (C) Data Mining.
- (D) Data Wharehouse.
- (E) Data Center.

Questão 14

Em uma planilha Excel, as células têm os seguintes valores: A1=10, B1= 8 e C1 = 18

Qual será o valor da A2 ao inserirmos nela a

seguinte fórmula: =SOMA (A1:C1) -8/PAR (2)+4?

- (A) 18
- (B) 32
- (C) 24
- (D) 14
- (E) 36

Questão 15

No LINUX, o usuário root é o usuário:

- (A) administrador de dados.
- (B) master administrador do sistema.
- (C) administrador da rede e suas rotas.
- (D) administrador de bancos de dados.
- (E) que serve pra desativar o sistema.

Legislação

Questão 16

É de competência exclusiva da Câmara Municipal:

- (A) dar posse ao prefeito.
- (B) conceder inamovibilidade aos juízes da comarca.
- (C) instaurar inquérito policial para apurar infrações penais.
- (D) eleger os funcionários da Casa Legislativa para mandato de oito anos.
- (E) auxiliar o Tribunal de Contas na tarefa primária deste de fiscalizar os Poderes Legislativo e Judiciário.

Questão 17

A Câmara Municipal representa o:

- (A) Poder legislativo estadual, composta de vereadores, eleitos em pleito direto e secreto, para mandato de dois anos.
- (B) Poder legislativo estadual, composta de deputados, eleitos em pleito indireto e aberto, para mandato de dois anos, prorrogável por igual período.
- (C) Poder legislativo municipal, composta de vereadores, eleitos em pleito direto e aberto, para mandato de dois anos, prorrogável por igual período.
- (D) Poder legislativo municipal, composta de vereadores, eleitos em pleito direto e secreto, para mandato de quatro anos.
- (E) Poder legislativo municipal, composta de vereadores, eleitos em pleito indireto e secreto, para mandato de quatro anos.

Questão 18

Ao servidor, inclusive o ocupante de cargo em comissão, que for designado para serviço, curso ou outra atividade fora do Município, em caráter eventual ou transitório, será(ão) concedido(a)s:

- (A) 13º vencimento para custeio das despesas de alimentação e hospedagem.
- (B) adicional noturno para custeio das despesas de alimentação e hospedagem.
- (C) diárias para custeio das despesas de alimentação e hospedagem.
- (D) aposentadoria para custeio das despesas de alimentação e hospedagem.
- (E) gratificação por serviço extraordinário para custeio das despesas de alimentação e hospedagem.

Questão 19

A proposição que tem por fim regular toda a matéria legislativa de competência da Câmara e sujeita à sanção do Prefeito, chama-se:

- (A) Projeto de lei.
- (B) Lei complementar.
- (C) Medida provisória.
- (D) Proposta de medida provisória.
- (E) Emenda constitucional.

Questão 20

Considerando a Resolução 651/2008, que dispõe sobre a estrutura organizacional e administrativa da Câmara, é correto afirmar que todos os órgãos da Câmara estão subordinados ao(à):

- (A) Vereador mais bem votado nas eleições municipais.
- (B) Superintendência Geral.
- (C) Coordenadoria Financeira.
- (D) Coordenadoria Administrativa.
- (E) Departamento de Protocolo, Arquivo e Documentação.

Conhecimentos Específicos

Questão 21

A Administração Pública regula o desempenho de suas atividades mediante um regime especial de prerrogativas e sujeições. O princípio da supremacia do interesse público sobre o particular rege as prerrogativas; enquanto as sujeições são regidas pelo princípio da indisponibilidade do interesse público. A alternativa que indica uma prerrogativa e uma sujeição, respectivamente é:

- (A) dilação de prazos processuais e igualdade dos usuários diante dos serviços públicos.
- (B) presunção de veracidade dos atos administrativos e poder de expropriação.
- (C) execução de dívidas pelo regime de precatórios e imunidade tributária.
- (D) concurso público e processo licitatório para serviços, obras e fornecimentos.
- (E) vinculação ao fim de interesse público e poder de polícia.

Questão 22

O regime disciplinar dos servidores públicos regulamenta a aplicação das penalidades a serem impostas ao agente público quando desobedecer a regras legalmente previstas no exercício de cargos, empregos e funções públicas. Sobre o regime disciplinar, é correto afirmar que:

- (A) não poderá ser punido mais de uma vez o servidor que cometer uma única infração.
- (B) é punível com demissão o servidor que exerce atividades incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.
- (C) cometer à pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado é infração punível com suspensão.
- (D) sofrerá advertência o servidor que injustificadamente recusar-se a ser submetido à inspeção médica.
- (E) a insubordinação grave em serviço é punível com demissão e a discricionariedade do chefe determinará o seu grau.

Questão 23

Em relação à sindicância, fase que antecede o Processo Administrativo Disciplinar (PAD), marque a alternativa correta.

- (A) Baseada da Lei 9.784/99, em determinados casos, a “sindicância meramente investigativa” poderá resultar em aplicação de penalidades.
- (B) É indispensável para a instauração de processo administrativo disciplinar.
- (C) Se a sindicância apurar infração penalizada com advertência ou suspensão de 30 dias, o processo administrativo disciplinar será desnecessário.
- (D) Considera-se “processo administrativo simplificado” para aplicação das sanções de advertência ou de suspensão por até 60 dias.
- (E) Poderá resultar na instauração do PAD ou no arquivamento do processo, mas nunca na aplicação de penalidades, pois isso só deve ocorrer dentro do PAD.

Questão 24

Sobre a extinção dos atos administrativos, leia atentamente o fragmento da decisão abaixo.

“[...] O Poder da Administração, destarte, não é absoluto, na seara da invalidação de seus atos, de forma que a recomposição da ordem jurídica violada está condicionada primordialmente ao interesse público. O decurso do tempo ou a convalidação dos efeitos jurídicos, em certos casos, é capaz de tornar a anulação de um ato ilegal claramente prejudicial ao interesse público, finalidade precípua da atividade exercida pela Administração. [...]” (STJ, RMS 24430/AC. T5 - QUINTA TURMA. Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO. J. 03/03/2009).

Acerca do assunto mencionado, marque a alternativa correta.

- (A) A Convalidação se aplica aos atos anuláveis por vícios de forma e competência.
- (B) A Caducidade extingue o ato administrativo válido por motivo de oportunidade e conveniência.
- (C) A Revogação é realizada de ofício pela Administração Pública e, pelo Judiciário, após provocação do Ministério Público ou do particular.
- (D) A Anulação não depende de processo administrativo prévio e possui efeito repristinatório.
- (E) A Nulidade do ato administrativo impede a manutenção de seus efeitos.

Questão 25

Em matéria de bens públicos, no que tange ao instituto da requisição administrativa, é correto afirmar que:

- (A) é espécie autônoma de intervenção do Estado na propriedade privada com objetivo específico de proteger o patrimônio histórico, artístico e cultural, não se confundindo com a ocupação temporária ou a servidão administrativa.
- (B) é espécie de intervenção restritiva na propriedade privada com o objetivo de solucionar situações de perigo iminente a partir da utilização de bens privados pelo ente estatal enquanto durar o risco.
- (C) pode ser determinada pelo poder público mediante decisão judicial ou concordância do particular.
- (D) não se admite a requisição de serviços, apenas de bens móveis ou imóveis, fungíveis e infungíveis.
- (E) o pagamento de indenização, posterior à execução do ato requisitório, deve ser realizado independentemente da existência de danos ao bem objeto da restrição.

Questão 26

Em matéria de aplicação de sanções para os atos de improbidade administrativa, marque a resposta correta.

- (A) Para serem aplicadas, as sanções não precisam esperar o trânsito em julgado da decisão condenatória, exceto a de perda da função pública.
- (B) A aplicação das sanções depende da efetiva ocorrência de dano ao erário, mas não da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno, Tribunal ou Conselho de Contas.
- (C) Os sucessores do servidor falecido que lesionou patrimônio público ou enriqueceu-se ilícitamente estão, por lei, desobrigados ao ressarcimento do dano.
- (D) Eventuais sanções penais, civis e administrativas de legislação específica serão supridas pelas sanções da Lei de Improbidade Administrativa, pois são aplicáveis isolada ou cumulativamente conforme a gravidade do ato ímprobo.
- (E) Tanto a extensão do dano causado como o proveito patrimonial obtido pelo agente serão considerados pelo juiz na fixação das penas.

Questão 27

Acerca da iniciativa de lei para a fixação de remuneração ou de subsídio dos agentes públicos, a alternativa correta que relaciona diretamente o órgão competente com os respectivos cargos de sua competência para fixar salário é:

- (A) STF – Membros e servidores do Judiciário.
- (B) Senado – Câmara dos Deputados.
- (C) Congresso Nacional – Deputados Estaduais, Governador, Vice-Governador e Secretários de Estado.
- (D) Tribunais de Contas – Membros e servidores do Ministério Público.
- (E) Presidente da República – Cargos da estrutura do Poder Executivo.

Questão 28

Consoante à natureza do órgão regulador, o Controle da Administração Pública pode ser administrativo, legislativo (ou parlamentar) e judicial. O controle legislativo, por sua vez, é espécie de controle externo (político e financeiro) exercido pelo Poder Legislativo sobre os atos do Poder Executivo e do Poder Judiciário. Acerca das hipóteses de controle político exercido pelo controle parlamentar, é correto afirmar que:

- (A) a Câmara dos Deputados é privativamente competente para apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.
- (B) o Congresso Nacional é privativamente competente para dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
- (C) a Câmara dos Deputados é privativamente competente para proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de 60 (sessenta) dias após a abertura da sessão legislativa.
- (D) o Senado Federal é privativamente competente para autorizar a exploração e aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais em terras indígenas.
- (E) o Congresso Nacional é privativamente competente para, por proposta do Presidente da República, fixar os limites globais para o montante da dívida consolidada da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Questão 29

“São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem” (Lei nº 10.406/2002, art. 98).

Em relação aos institutos da utilização dos bens públicos pelos administrados, a saber, autorização, permissão e concessão de uso:

- (A) a permissão e a concessão de uso se aplicam a situações transitórias; enquanto a autorização de uso, a situações permanentes.
- (B) a concessão e autorização de uso seguem sempre o regime de direito público; enquanto a permissão pode seguir também o regime de direito privado.
- (C) a permissão de uso possui o atributo da unilateralidade; enquanto a autorização e a concessão, o da bilateralidade.
- (D) embora todas sejam discricionárias, somente a concessão é um contrato; enquanto a autorização e a permissão de uso são atos administrativos.
- (E) a autorização de uso sempre possui prazo determinado; enquanto a permissão e a concessão, prazo determinado ou indeterminado.

Questão 30

As fundações públicas podem ser de direito público ou de direito privado. A partir disso, analise a adequação entre as características das fundações públicas e sua personalidade jurídica e assinale a alternativa correta.

- (A) Ambas as tipologias de fundações públicas se sujeitam às regras da responsabilidade civil objetiva e vinculam-se ao ente federativo instituidor.
- (B) A admissão de pessoal precedida de concurso público é necessária para as fundações públicas de direito público, mas não para as de direito privado.
- (C) Ambas as tipologias de fundações públicas se compõem de bens públicos, mas só as de direito privado admitem bens privados.
- (D) Somente as fundações públicas de direito público gozam da imunidade tributária recíproca.
- (E) Os privilégios processuais que beneficiam a Fazenda Pública alcançam as fundações públicas de direito privado como prerrogativas.

Questão 31

Os consórcios públicos objetivam a realização da gestão consorciada de serviços públicos, classificando-se como entidades interfederativas, integrantes da administração indireta dos entes consorciados e dotadas de personalidade jurídica de direito público ou de direito privado. Tendo em vista os aspectos principais dos consórcios públicos, pode-se afirmar que:

- (A) para que a União faça parte de consórcio com municípios, não é imprescindível que o Estado-membro dos municípios consorciados também adira ao consórcio, em homenagem ao princípio da autonomia federativa.
- (B) o processo formal de criação do consórcio público requer a subscrição do protocolo de intenções e consequente ratificação mediante decreto firmado pelos entes consorciados.
- (C) a Assembleia Geral do Consórcio deverá homologar a ratificação do protocolo de intenções que ocorrer após três anos da subscrição.
- (D) os entes consorciados têm direito à saída voluntária do consórcio, mas quando violam as suas normas, são punidos com a exclusão.
- (E) o contrato de programa objetiva o engajamento dos entes consorciados para o fornecimento de recursos financeiros dedicados a realização das despesas do consórcio público.

Questão 32

O Terceiro Setor é composto de organizações de natureza privada que não visam o lucro e, ainda que não integrem a Administração Pública, se dedicam a realização de objetivos sociais; atuando, portanto, ao lado do Estado. São também denominadas de entes de cooperação, entidades paraestatais ou entidades públicas não estatais: públicas porque prestam serviços de interesse público; não estatais, porque não integram a Administração Direita ou Indireta. As entidades de utilidade pública que compõem o Terceiro Setor são: os serviços sociais autônomos; as organizações sociais (OS) e as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP). Em relação a OS e a OSCIP, é correto afirmar que:

- (A) a natureza jurídica do ato de qualificação da OS é de ato vinculado.
- (B) o vínculo jurídico da OSCIP com a Administração Pública é o contrato de gestão.
- (C) a qualidade de OS é perdida por descumprimento do contrato de gestão, a pedido ou mediante processo administrativo ou judicial, de iniciativa do Ministério Público, assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa.
- (D) a dupla qualificação de uma entidade paraestatal como OS e OSCIP é possível quando desempenha função pública na área cultural.
- (E) a área de atuação da OSCIP é maior que a da OS, abrangendo, inclusive, a promoção do voluntariado; da ética, paz e cidadania; a assessoria jurídica gratuita e o combate à pobreza.

Questão 33

De acordo com o Código Tributário Nacional, uma modalidade de extinção do crédito tributário denomina-se:

- (A) Parcelamento.
- (B) Moratória.
- (C) Transação.
- (D) Anistia.
- (E) Isenção.

Questão 34

Maria Rita, no momento da liberalidade do testamento, dispõe de 70% (setenta por cento) do seu patrimônio para José Carlos, seu descendente. Sabe-se que Maria Rita tinha dois filhos: José Carlos e Reinaldo. Aberta a sucessão, Reinaldo toma conhecimento de tal liberalidade e irresignado com o disposto no testamento da sua mãe, promove determinada medida judicial para salvaguarda dos seus direitos. Com base nesta situação hipotética, pode-se afirmar que trata-se de:

- (A) doação conjuntiva, apta a ensejar na anulabilidade do negócio jurídico dentro do prazo de 03 (três) anos.
- (B) doação conjuntiva, apta a ensejar na anulabilidade do negócio jurídico dentro do prazo de 04 (quatro) anos.
- (C) doação inoficiosa, apta a ensejar na nulidade do negócio jurídico, tão somente o que excede a legítima.
- (D) doação inoficiosa, apta a ensejar na anulabilidade do negócio jurídico dentro do prazo de 03 (três) anos.
- (E) doação inoficiosa, apta a ensejar na nulidade total do negócio jurídico.

Questão 35

Com relação às características dos direitos reais de superfície, marque a alternativa correta.

- (A) Concede ao seu titular o direito de construir ou plantar em terreno alheio podendo, inclusive, descaracterizar a substância da coisa principal.
- (B) É pactuado em caráter permanente, diferentemente da enfiteuse, que é temporária.
- (C) A sua constituição somente se dará por escritura pública, devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis.
- (D) Admite a realização de obra no subsolo, ainda que sem previsão contratual expressa.
- (E) A concessão da superfície sempre será onerosa, podendo as partes negociar o pagamento em uma só vez ou parceladamente.

Questão 36

Entre as ações constitucionais estão a Ação Popular, a Ação Civil Pública e o Mandado de Segurança Coletivo. Em relação a estas ações, é correto afirmar que:

- (A) a Ação Popular não obedece a regras de prerrogativa de função e seu objeto são os direitos difusos.
- (B) todo cidadão tem legitimidade para propor Ação Popular, prevista no art. 129, III da Constituição Federal.
- (C) a Ação Civil Pública tem como objeto os direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos e seu procedimento é ordinário.
- (D) a Ação Popular e o Mandado de Segurança Coletivo são gratuitos, salvo comprovada má-fé que tenha motivado sua impetração.
- (E) o procedimento da Ação Civil Pública é sumário especial e não obedece a regras de prerrogativa de função.

Questão 37

Acerca do litisconsórcio simples e unitário, pode-se afirmar que no litisconsórcio:

- (A) unitário, o regime é o da autonomia ou independência porque a sentença pode ser diferente para os litisconsortes.
- (B) simples, a sentença pode ser diferente para os litisconsortes; assim, os atos praticados por um não beneficiam os demais.
- (C) unitário, os atos praticados por um não beneficiam os demais.
- (D) simples, os atos praticados por um dos litisconsortes beneficiam a todos.
- (E) simples discute-se no processo uma relação jurídica una e indivisível, tendo o resultado de ser o mesmo para todos.

Questão 38

No tocante à responsabilidade de terceiros no Código Tributário Nacional:

- (A) os pais não são responsáveis pelos tributos devidos por seus filhos menores, assim como os tutores e curadores pelos tributos devidos de tutelados e curatelados.
- (B) os administradores de bens de terceiros não são responsáveis pelos tributos devidos por estes, pois a responsabilidade recai sobre os proprietários.
- (C) os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado são pessoalmente responsáveis por créditos de obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes.
- (D) os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado não são responsáveis por créditos de obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes.
- (E) os mandatários, prepostos e empregados são responsáveis pelos tributos devidos no caso de liquidação de sociedade de pessoas.

Questão 39

Fundamentando-se na Lei nº 10.520/2000, marque a alternativa correta.

- (A) Do aviso constará a definição do objeto da licitação e a indicação do local, dia e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital.
- (B) A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados, efetuada por meio da publicação do edital em diário oficial.
- (C) A fase externa do pregão será iniciada com a publicação do edital em diário oficial, efetuada com a convocação dos interessados.
- (D) Do edital constará a definição do objeto da licitação e a indicação do local, dia e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do aviso.
- (E) O prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do edital, não será inferior a 8 (oito) dias úteis.

Questão 40

A Lei Federal nº 4.320/64 é o dispositivo legal que estabelece as Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Acerca das despesas correntes e despesas de capital da Administração Pública de que tratam esta Lei, marque a alternativa correta.

- (A) Pessoal Militar é exemplo de despesa de custeio e serviços de terceiros, de transferência corrente.
- (B) Equipamentos e instalações são exemplos de investimentos e obras públicas, de despesa de custeio.
- (C) Contribuições da Previdência Social são exemplos de transferência corrente e aquisição de imóveis, de investimento.
- (D) Auxílios para obras públicas são exemplos de transferência de capital e as obras públicas, de investimento.
- (E) Material de consumo é exemplo de despesa de custeio e concessão de empréstimos, de transferência corrente.